



Geografias das R-existências

Dilermando Cattaneo
Marcelo Argenta Câmara
Renata Ferreira da Silveira
(Orgs.)





Geografias das R-existências

Dilermando Cattaneo
Marcelo Argenta Câmara
Renata Ferreira da Silveira
(Orgs.)



Monstro dos Mares

Ponta Grossa – PR

Agosto de 2021

Esta obra utiliza a **Licença Creative Commons** Atribuição Não Comercial Sem Derivações 4.0 Internacional. Informações sobre a licença em: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR



Geografias das R-existências

Dilermando Cattaneo, Marcelo Argenta Câmara e Renata Ferreira da Silveira (org.)

Revisão Português: Claudia Santos Mayer

Revisão Castelhana: Isabel Perez Alves

Diagramação e capa: Tiago Jaime Machado

Ilustração da capa: Tharcus Aguiar

ISBN: 978-65-86008-16-6

Agosto de 2021

Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA)

Instituto de Geociências – UFRGS

Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43113/203

Bairro Agronomia

Campus Vale

CEP: 91540-000

Porto Alegre – RS

ufrgs.br/posgea

Monstro dos Mares

Divulgação Acadêmica Anárquica

Caixa Postal, 1560

Nova Rússia

Ponta Grossa – PR

84071-981

monstrosmares.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografias das R-existências / Organizadores Dilermando Cattaneo, Marcelo Argenta Câmara, Renata Ferreira da Silveira. – Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2021.

ISBN 978-65-86008-16-6

1. Geografia social. 2. Identidade cultural. 3. Resistência cultural.
I. Cattaneo, Dilermando. II. Câmara, Marcelo Argenta. III. Silveira, Renata Ferreira da.

CDD 306

Elaborado por Mauricio Amormino Júnior – CRB6/2422

Este livro utilizou energia solar fotovoltaica e softwares livres nas etapas de revisão, preparação do texto e diagramação.

A MEDIAÇÃO DOS VÍNCULOS TERRITORIAIS PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ESPAÇOS DO VIVER

Álvaro Luiz Heidrich

Razões para um conceito

Por este texto, trazemos uma discussão sobre a relação que grupos e comunidades possuem com seus espaços de vida, seus territórios. Os argumentos que instigam e sustentam essa conversa originam-se da compreensão de que a construção de espaços próprios por populações, grupos e comunidades são viáveis, mesmo em condições de hegemonia da reprodução das relações de produção da sociedade moderna, capitalista e colonizadora. Enquadra-se no contexto identificado para esta obra, que revela a unicidade de uma prática implicada pela **existência** das populações simples, dos originários de nossos territórios, dos que autenticamente sustentaram a sua construção com sua dedicação de força de trabalho e, conjuntamente, de **resistência** às dinâmicas de dominação.

Se de um lado agem múltiplas estratégias do arranjo dos poderes institucionais e hegemônicos, o campo das territorialidades formais, de outro ocorrem as práticas socioterritoriais informais das comunidades, as territorialidades vividas. Muito embora sejam percebidas como forças desiguais que se antagonizam, pelo aspecto assimétrico do poder que emanam, ambas são forças. Do lado das populações majoritariamente distantes do comando das instituições formais estão as dinâmicas de reivindicação e de participação popular, as territorialidades alternativas, as organizações de moradores, os movimentos de luta por moradia, os ativismos no espaço público e as tensões

entre os espaços de vida simples e as tendências globalizantes. Deste modo, compreende-se que o conflito, a tensão e a luta são aspectos essenciais das geografias que vivemos.

Ressalta-se, por isso, que o “território” não consiste em um absoluto, um conquistado, um estabelecido, apesar das representações que se fazem dele pelo que já transitou até o presente. O espaço feito território não é simplesmente resultado do que foi marcado pelas instituições formais e cartografado por agências governamentais (GOTTMAN, 1975; SACK, 1980). Por ser suscetível aos poderes sobre o espaço, exige-nos compreendê-lo pela expressão das vontades, dos interesses, das objetividades estruturantes e também pelo que se projeta à revelia do instituído; portanto, pelas complexas variações expressas como territorialidades.

Antes de seguir, é preciso pautar um importante discernimento entre território e territorialidade, pois enquanto o território é disputa – busca –, a territorialidade faz parte de sua elaboração. Expressa-se pela qualidade do território que se almeja. Está associada aos sujeitos da sua prática, seus atores. Por mais que o espaço esteja em disputa, que territórios já estejam concebidos, a territorialidade identificada pelos vínculos com seus grupos é própria, não se colocando em dúvida a relação constituída. Ela se evidencia como expressão do território de duas maneiras: pelas ideias e sentimentos dos sujeitos que a elaboram, e como contextos ou aspectos de objetos ou ações pertinentes. *Expressões variantes* – de territorialidade, territorialização, territorialismo – ou *derivadas* – como desterritorialização e reterritorialização – podem ser vistas como difração do espectro do qual fazem parte, cada qual revelando a situação e a relação que possuem como atributo referido a um território – imaginado, vivido, conquistado ou perdido.

Por um ponto de vista, desde as populações simples, que se encontram no limite das condições de sua reprodução social, até aquelas que a alcançam, encontram-se graus variados de ligações com os espaços vividos, os quais denominamos Vínculos Territoriais. São

(...) resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos de integração socioespacial, que nos diz sobre a sujeição a tais, que implique desterritorialização e reterritorialização dominantes, ou construção de territorialidades autocentradas. (HEIDRICH, 2006, p. 42)

Estando as territorialidades em construção, é possível reconhecer seus vínculos. Compõem elos de prática espacial, de fazeres associados a um lugar, de imaginários ali “colados” e que não são normalmente reconhecidos em mapas e notícias como um senso geral.

Compreendendo dessa maneira, estariam em relação 3 conceitos importantes e um conjunto de expressões variantes e derivadas deles. Os conceitos em questão referem-se a Território, Territorialidade e Vínculos Territoriais. Tratam todos de realidades vividas. Por serem conceitos, refletem tanto o estágio do conhecimento como também a realidade encontrada. Um e outro, conceito e realidade, podem se transformar, evoluir, e é bastante comum que se alterem mutuamente (KUHN, 1989). Esta advertência permite considerar que visões de sociedades diferentes podem naturalmente refluir para a dificuldade de compreensão do que se expressa na outra, um problema já encontrado e discutido, por exemplo, em relação a noções de território muito distintas entre povos indígenas e sociedades ocidentais – moderno-coloniais¹. Neste texto, porém, fazemos a opção de lidar com as leituras que consideram a tensão, pois tem sido

1 Cf. Paul E. Little, 2003; Dominique T. Gallois, 2004; Maria I. Ladeira, 2008; Michael Kent, 2011.

fundamentalmente em torno da atribuição de funcionalidades ao espaço geográfico, um modo de territorialização (e de desterritorialização) que, em posição antagônica, emergem manifestações e práticas distintas, com formulações próprias da relação que têm em espaço². É preciso considerar, contudo, que práticas da *(r)existência* também nos conduzem à apropriação da linguagem e que populações em situação de opressão e confinamento ao lidarem com termos formais podem reelaborar sua semântica para a defesa de suas realidades (GALLOIS, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2013)

A continuidade desta exposição está organizada em mais quatro itens. Primeiramente trago um comentário sobre o movimento inicial de pesquisa, o que nos trouxe à presente interpretação e um pouco dos parâmetros da sua discussão. Seguem, então, algumas observações metodológicas adotadas para a continuidade da pesquisa e aspectos gerais dos resultados encontrados. Posteriormente, apresento a leitura realizada sobre um rico conjunto de artigos, no qual se pode observar tendências e situações-problema. Por fim, retorno à discussão do tema, trazendo aspectos relevantes encontrados nos estudos sobre territorialidades locais.

2 Geográfico, social e, mais que isso, envolvendo planos não materiais, cosmovisões.

Argumento de partida³ – entre a reprodução no espaço e a criação no lugar

Em pesquisa que realizamos em 2000 e 2001⁴ com moradores em situação de rua, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), comunidades ocupantes e reassentadas em processo de reurbanização na cidade de Porto Alegre, comunidades de agricultores ecologistas no Rio Grande do Sul, chegamos à formulação do conceito exposto mais acima. Nossa intenção foi compreender a relação diferenciada que possuíam esses grupos e comunidades tanto com o lugar de vida *in situ*, como com a espacialidade geral da integração sócio político-econômica na qual se inserem. Pudemos notar que as diferenças entre os grupos eram muito coerentes com suas práticas e também com as ideias a elas associadas.

A maior parte dos casos eram representativos de situações vividas pelas populações de baixa renda e, um deles, de condições medianas. Cada um deles é reflexo de fatos, objetos, relações e arranjos internos ao grupo e deste com suas relações com a sociedade. Tanto de condições materiais de acesso ao lugar de vivência, como de possibilidades de construção de vida econômica, social e cultural. Deste modo, em um extremo se localizavam os moradores em situação de rua, mesmo que saibamos de muitos dos sujeitos nessa condição tenham exatamente realizado a opção por viver desse modo (ROBAINA, 2011). Na outra ponta localizavam-se as comunidades de

3 Este argumento está mais bem detalhado no artigo “Vínculos Territoriais – discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais”, encaminhado ao periódico *Geographia* em Janeiro de 2017, vol. 19, n. 39, p. 29-40.

4 Resultados apresentados originalmente no trabalho “Territorialidades de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência” (HEIDRICH; CARVALHO, 2001).

agricultores ecologistas, com o estabelecimento de seu lugar assegurado, produção que lhes garante a sustentação econômica e profunda consciência de seu estar no mundo e na sociedade.

Entre esses extremos, estavam os grupos e comunidades em busca de assentamento urbano ou rural. Ambas ainda sem as condições materiais conquistadas, notamos bastante variação nos meios e práticas de reprodução econômica e compreensão coletiva de sua consciência de grupo. Esta, contudo, bem mais forte junto aos movimentos organizados, como o MST. Podemos interpretar os grupos analisados situados em diferentes posições de um espectro de possibilidades para o estabelecimento de vínculos territoriais. O que nos trouxe a compreensão de que pelo “estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, através das práticas sociais, é que se produz território, que se constitui uma territorialidade” (HEIDRICH, 2006, p. 27).

Embora nem sempre seja enfatizado como um operador conceitual de forte referência, a expressão *vínculo territorial* tem sido utilizada para expressar a ligação de grupos e sociedades a uma mesma imaginação e prática de espaço vivido (BONNEMAISON e CAMBREZY, 1996; VERMEERSCH, 2003) e, de modo mais recorrente, com significado convergente ao que atribuímos, em conteúdos discursivos nos estudos sobre a apropriação que grupos e comunidades fazem do espaço (LIMA, GIANASI, 2002; BUTH, CORREA, 2006; MARTIN, 2002).

Como na maior parte dos estudos sobre territorialidades humanas, a concepção de apropriação do espaço – a ideia de um espaço adaptado para o viver, acompanhado pela imaginação sobre o que se vive no lugar apropriado e com seus usos associados (LEFEBVRE, 2000) – tem sido considerada nos processos de constituição de territorialidades locais. Há, contudo, sutil variação conceitual no uso dessa referência se tomarmos, por exemplo, as posições de Henri Lefebvre (2000), Pierre Bourdieu (2013), e as formulações usuais nos estudos de Geografia (BONNEMAISON e CAMBREZY, 1996; CLAVAL, 1996; DI MEO e BULEON, 2007).

Para o primeiro, a apropriação se dá com a efetiva atuação de um grupo, classe ou agente mediante a sua capacidade criativa na formulação de um espaço próprio (LEFEBVRE, 2013). Porém, no neocapitalismo moderno, além das reproduções biofisiológicas e da força de trabalho, o espaço social passa a ser produzido para a reprodução das relações sociais de produção, distanciando-se da apropriação, ganhando os aspectos funcionais constitutivos das relações de troca e abstraídos de sua totalidade. Para Pierre Bourdieu (2013), a apropriação é concebida em uníssono com a dominação, ou melhor: esta se realiza por meio daquela, ou seja, pela apropriação de capital (econômico, social e cultural), garantindo às classes posses e posições no espaço social.

Já, para a maior parte dos geógrafos, a apropriação é o que resulta em território⁵, contendo neste espaço todas as relações e objetos, todos os conflitos e desigualdades, tendo ele, porém, um vínculo de presença humana, de poder político e de uso econômico: “é o espaço apropriado coletivamente por um grupo, um povo ou até mesmo o Estado” (CLAVAL, 1996). “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Essas variações de enfoque podem ser claramente compreensíveis, considerando-se as diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Por outro ponto de vista, se considerarmos o contexto linguístico e uma maior aproximação da apropriação do espaço como uma categoria da prática (COELHO NETO, LIMA, 2015), como contextos vivenciados, a situação que as envolve refere-se bastante a uma noção e, por isso, englobaria todas aquelas variantes semânticas. Com bastante evidência, seja em qualquer uma daquelas formulações ou por apenas

5 De modo distintivo, Rogério Haesbaert compreende o território tanto pela apropriação como pela relação de dominação, desdobrando-se “ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (2004, p. 95). Em nossa interpretação deste como também do argumento de Henri Lefebvre (2000), a apropriação também é prática, como a ocupação e “construção” de lugares, em aliança com os usos, as ideias e as imaginações.

uma noção, a apropriação implica em prática espacial. E qual seria o sujeito dessa prática – um grupo, uma comunidade, uma organização? E, além disso, há o problema da escala – da amplitude em que se realiza; se o agir envolve a relação direta ou representacional dos que dele participam. Assim, a natureza do vínculo com o espaço que faz uma pequena comunidade e uma sociedade nacional seria o mesmo? Como se dá a apropriação do espaço nessas diferentes escalas?

Quando um grupo ocupa, faz uso e concebe um pequeno espaço, à revelia das ordens maiores, das formalidades e das estruturas organizadas para a reprodução hegemônica, de fato haveria a autêntica apropriação e, por isso mesmo, o tensionamento com o espaço geral. Este, pois, é o caso da apropriação realizada no lugar próximo, no âmbito reconhecido diretamente e originado, portanto, pelas práticas pelos sujeitos diretamente envolvidos. Mas, quando se tem por outro lado o uso da representação para gerar a identidade dos diferentes e desiguais num plano de apropriação como um território e uma sociedade nacional, muitos aspectos podem não ser revelados ou ficar obscurecidos. A abstração geral que se faz do espaço, como algo inerte e sem intencionalidades, como adequado ao uso de todos, não evidencia o real teor de sua finalidade geral de reproduzir as relações de produção hegemônicas e, portanto, também as ideologias que o concebem.

As representações do espaço geralmente não estabelecem correspondência ao que é vivido por todos, pois se originam de uma ideia concebida, reificada, formalmente aceita. Mobilizam a compreensão dele como algo dado por seus aspectos aparentes, sem revelar qualquer jogo de intencionalidades. Permitem manter as “relações sociais em estado de coexistência e coesão” (LEFEBVRE, 2013, p. 92). Constituem recurso capaz de alterar a natureza dos vínculos, de fazer com que os elos que ligam as pessoas ao espaço, que formulam uma compreensão de território, verem-se desenhados por referenciais amplos de identidade, objetos, fatos e acontecimentos comuns

associados à formulação de um interesse social geral, à ideia de desenvolvimento, de progresso, etc. Compreende-se, então, que também vivemos uma territorialidade geral ampla proporcionada pelo estabelecimento de vínculos a ela, por meio de três modalidades de abstração (HEIDRICH, 2017): (1) de que domínio territorial e dominação social sejam coisas separadas; (2) de que um indivíduo impessoal, um “sujeito universal”, um equivalente em direitos (embora não efetivos), passa a ser portador da condição de firmar contrato; e (3) de que o espaço social, orientado para a reprodução das relações de produção, aparece restrito a aparências formais, estéticas e funcionais.

Deste modo, junto ao argumento que reconhece os vínculos territoriais originados por práticas de condução e representação da vida por grupos ou comunidades locais, é preciso reconhecer as práticas de condução e representação da reprodução das relações sociais de produção em conflito dinâmico na sociedade capitalista. A apropriação se revela tanto como uma generalidade da relação singular do sujeito-ator com o espaço que gera seu território, visto pelas formulações recorrentes dos geógrafos (RAFFESTIN, 1993; CLAVAL, 1996), como uma prática autêntica de produção do espaço próprio, apropriado, ocupado, construído pela capacidade criativa de uma coletividade (LEFEBVRE, 2013).

Em função dessas observações se evidencia o aspecto antagonico subjacente às territorialidades vividas, expressos por dois extremos modelares: (a) uma territorialidade geral, composta por um território sociopolítico amplo, usada pelas relações de produção e apropriada por *agentes* de reprodução das relações sociais de produção; e (b) territorialidades outras (microterritorialidades, territorialidades locais atuantes) de espaços apropriados singulares, de perspectiva contra-hegemônica, por grupos atores locais.

Tendo esse quadro em consideração, no item que segue trago a análise continuada, com base em pesquisas relatadas sobre o tema em periódicos de Geografia no Brasil.

Enfoques temáticos e metodológicos dos estudos

O corpus analítico deste levantamento consiste em um conjunto de selecionados de revistas eletrônicas de geografia classificadas no ranking *Qualis* nos níveis A1, A2, B1 e B2 referente ao quadriênio 2013-2016⁶, disponibilizados em sistemas eletrônicos de editoração.

O conjunto proporcionou a coleta inicial de um total de 8.116 artigos científicos de submissões voluntárias. Utilizou-se como filtro um conjunto de termos para selecionar aqueles com aproximação à discussão em andamento, conceitos ou designações usuais nos estudos sobre territorialidades humanas, comumente reportados a situações que envolvem grupos ou comunidades locais, suas vivências, problemas e tensionamentos.

Mediante o recurso de aplicativos de análise de conteúdo⁷, foram selecionados 179 artigos. Muito embora 55% dos periódicos selecionados já tenham publicação regular antes dos anos 2000, é somente a partir da década de 2000 que se nota presença mais significativa com o presente enfoque, com a ocorrência entre 7 e 10 artigos ao ano entre 2002 e 2008 e entre 15 e 24, entre 2009 e 2014. A distribuição dos termos encontrados em relação ao número total de artigos coletados é apresentada na Tabela 1. Conforme o resultado da coleta, há forte ocorrência de estudos que trazem referência identidade(s), apropriação do espaço, territorialidade(s), prática espacial ou territorial, territorialização e seus processos correlatos (desterritorialização e reterritorialização). O termo mais recorrente de espaço ou espaço social (71,5%), por ser referência bastante genérica, não indica necessariamente o enfoque, mas, desde que articulado aos demais, revela um conjunto orientado para relações entre

6 Cf. <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis>>.

7 Análise de conteúdo realizada com o recurso dos softwares *AntConc* (KADER, RICHTER, 2013) e *NVivo* (LAGE, 2011) e parcialmente por interpretação direta nos casos de edição eletrônica não compatível com a leitura eletrônica.

sujeitos e suas territorialidades. O termo território é registrado com frequência comparativamente baixa (14%) em relação aos demais, por ter sido computado nos usos isolados e muitas vezes sempre como denotação de área, sem ligação à sua expressão como processo ou ação (territorialização), ou à conotação territorial das relações espaciais (territorialidade).

Tabela 1 – Ocorrência dos termos de busca nos artigos selecionados (%)

Termos de busca	%	Termos de busca	%
Espaço; Espaço social	71,5	Exclusão/inclusão	25,1
Identidade(s)	59,8	Pertencimento	23,9
Apropriação do espaço	58,6	Comunidade(s)	21,8
Territorialidades	53,1	(Re) Assentamento	16,2
Prática espacial (territorial)	43,6	Consciência (territorial)	15,1
Des/re/territorialização	39,7	Território	14
Representações	32,9	Compartilhamento	12,8
Valor; valorização	32,4	Interesse (coletivo/geral)	10,6
Uso(s)	31,3	Terra indígena; Quilombo	8,9
Coletividade	30,7	Condução da vida	8,4
Conflito (territorial)	29,6	Multiterritorialidade	8,4
Vínculos territoriais; sociais	28,5	Microterritorialidade	2,8
Participação social; política	27,4	Estar-junto	1,1
Ocupação	26,2		

Fonte: Termos de pesquisa elaborados pelo autor.

Os recursos de busca (o conjunto de termos) permitiram capturar uma ampla discussão com o enfoque em territorialidades humanas, sendo que 45% deles estão mais diretamente voltados para territorialidades locais, nas quais grupos e comunidades se envolvem com a apropriação de espaços ou práticas espaciais, manifestam identidade e/ou lidam com conflitos territoriais (Gráfico 1).

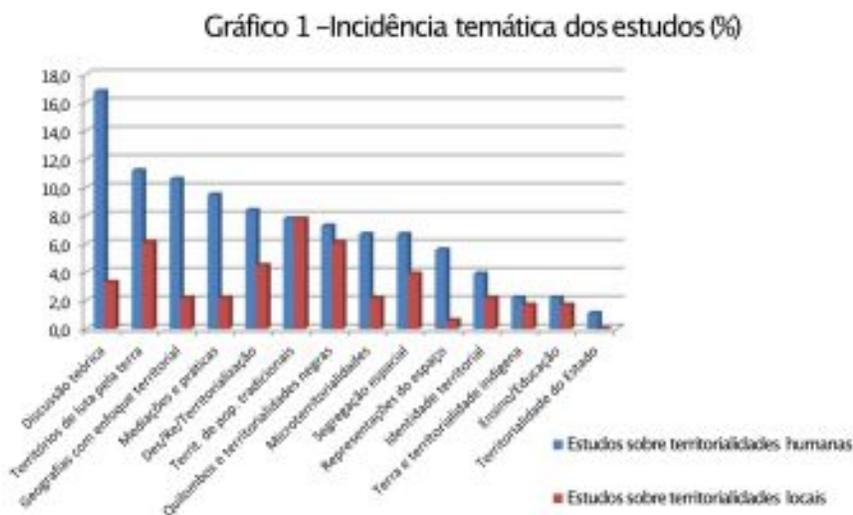


Gráfico 1 – Incidência temática dos estudos (%)

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode notar pelos dados trazidos, dentre os estudos encontrados em todos os enfoques temáticos encontra-se atenção voltada para as territorialidades nas escalas que envolvem a convivência próxima de grupos e das comunidades. Mas em alguns temas a sua proporção é menor. Nestes, encontram-se discussões mais amplas, aspectos mais sistêmicos dos ordenamentos territoriais e a necessária mediação de organizações. Esse fato também se observa nos trabalhos sobre representação do espaço, nos quais a quase totalidade não trata

do âmbito das relações mais próximas entre os sujeitos, o que se demonstra bastante lógico, em vista da necessária ancoragem buscada para a construção de referências territoriais onde a distância não as deixa em evidência. Ao contrário, é quase plena a ocorrência do enfoque localizado, da proximidade entre os sujeitos, da presença do ator local vinculado às territorialidades indígenas, quilombolas e das populações tradicionais.

Sob ponto de vista metodológico, os trabalhos puderam ser classificados em quatro categorias: discussão teórica; discussão teórico-prática; análise de territorialidades; e leituras e cartografias de territorialidades. Nas categorias de estudos que versam sobre a análise de territorialidades (22,9%) e discussão teórico-prática (43%) é predominante a discussão sobre atitudes e práticas dos sujeitos imbuídos da condição de ator territorializador (DI MEO, BULEON, 2007).

O espaço próprio e o conflito – destaques de leitura

O conjunto das pesquisas relatadas nos artigos da coleta alcançada contém valiosas articulações teóricas-empíricas. Tratam de efetivos problemas vividos, soluções buscadas e alcançadas, e também revelam expressões originais dos elos que associam sujeitos e os espaços apropriados para o seu viver. Demonstra-se que o universo das questões que enfocam é complexo, rico e entrelaçam importantes expressões associadas à construção das territorialidades humanas, como se explora a seguir: apropriação do espaço, conflito territorial, des(re)territorialização, Identidade territorial, micro e multiterritorialidade, segregação espacial e vínculo territorial.

A apropriação do espaço é vista pelas práticas em direção à constituição de espaços próprios, assim como pelo sentido de uma instauração diferenciada ao espaço geográfico, como territorialização. Ela pode ser proporcionada pela territorialização de mobilizações (e movimentos) populares (DEUS, BARBOSA, 2009)

e práticas no espaço vivido (ARCARO; GONÇALVES, 2012), pelo uso e a ocupação das ruas. Para Helena Kashiwagi e Salete Kozel (2005, p. 79) “a ‘rua’ para os moradores da favela é a extensão da casa”. Destacam que ter uma rua em frente à moradia, o que nem sempre é comum nas situações de favela, traz o sentido de reconhecimento social para seus moradores. Dá a eles o significado de apropriação.

De modo marcante, é compreendida com frequência pela identificação dos espaços em coletividade e, principalmente, pelas ocupações e usos em anteposição à formalidade da propriedade capitalista (FARIA, SANTOS, 2008), por “práticas de territorialidade, que compreendem ações de afirmação do território como espaço apropriado pelo grupo para a reprodução material e simbólica da sua existência” (FERREIRA, 2006, p. 67). O que é bastante comum na constituição de territórios quilombolas nos quais se “concretiza a disputa entre sujeitos sociais e valores” (*Ibid.*), como na conquista pelo direito ao uso e trânsito pelas geografias dos territórios quilombolas do Norte do Espírito Santo, pela reapropriação de territórios do capital mediante a possibilidade de uso do resíduo de eucalipto:

Em primeiro lugar, porque se constrói sobre a afirmativa de um direito das comunidades sobre o território, que é ancestral e patrimônio. E, em seguida, porque através do facto, os descendentes dos ancestrais comuns conquistam a “autorização vigiada” para transitar pelo território também empresarial e redescobrem os lugares de morada dos veios (*sic*) e demais espaços que eram utilizados pelo trabalho na reprodução da existência, como lagoas e rios (*Ibid.*, p. 74).

O conflito territorial sobre territorialidades locais não envolve simplesmente a disputa por área, como poderia sugerir o termo, mas principalmente as tensões com a apropriação, ou seja, o sentido de se consentir sobre o uso e as práticas no espaço vivido e a vinculação entre os objetos e memórias nele presentes. A ambivalência entre as linhas de força das escalas

mais amplas (nacionais e globais) e locais, entre a participação na sociedade política e próprias do viver local, entre espaço vivido e espaço funcional expressa o duelo existente pelo sentido da territorialidade. O campo do patrimônio se revela como um espaço de conflitos e interesses contraditórios nos quais estão presentes o Estado e os grupos sociais e suas instituições representativas. Tal fato é crucial nas situações em que ainda se preserva o uso coletivo pelas comunidades tradicionais, em oposição às lógicas reguladoras voltadas à propriedade formal (OLESKO, ROCHA, 2014).

As áreas protegidas, por exemplo, são vistas como simulacros de território, à medida que estabelecem o choque entre o uso tradicional e a “apropriação” estipulada. São “simulados para a preservação/proteção, que negligencia as necessidades locais, em especial aquelas fora do preestabelecido – ao circunscrito enquanto [área protegida]” (MONTEIRO, PEREIRA, DEL GAUDIO, 2012, p. 425). Para as populações tradicionais, esse território é qualificado por sua vivência, “ancestralidade, afetividade, prazer, liberdade, trabalho e tradição” (p. 429).

Se os critérios para a garantia de territórios de patrimônio são funcionais, é porque são erigidos em nome de uma sociedade nacional. Ora legitimam o uso local, juntamente às restrições de liberdade por seu uso, ora restritos plenamente e até mesmo o simples percurso. A identidade dos grupos apoia-se no vínculo a esses aspectos da sua vivência.

A identidade territorial se apresenta amplamente referida a todos os problemas territoriais. Não há, pois, compreensão de território que não traga a referência da condução da vida em coletividade (FABRINI, 2002). Para João Fabrini, a construção da identidade política e social entre os agricultores de assentamentos de reforma agrária não é exclusivamente delineada pelo que produzem e por sua condição, como soa acontecer em geral com as classes trabalhadoras, mas sim por se construir

“na trajetória de lutas dos assentados que forma a coesão nos núcleos e grupos de assentados que caracterizam o território camponês” (QUEIROZ, 2015, p. 91).

A identidade junta o vivido à materialidade geográfica e, por se revelar um referente de demarcação, configura-se em recurso para a apropriação. Essas duas dimensões se aliam. Ao mesmo tempo em que grupos étnicos se reforçam com essa vinculação, quando o corpo é suporte de signos, notadamente quando o contexto social expressa preconceito racial, não se perde de vista que

a terra cultivada, a paisagem, as relações de poder construídas se põem como elementos definidores da territorialidade (...) verbalizada em diversas situações em que se relacionam [como no caso das] comunidades de Caiana dos Crioulos, Paratibe e Pitombeira [Estado da Paraíba] com a sociedade envolvente, de modo especial na luta pela demarcação das terras onde vivem e trabalham e, onde viveram e trabalharam seus ancestrais (RODRIGUES, 2011, P. 118).

Se a memória é importante referente à construção identitária (*Ibid.*, p. 119), ela possui bases territoriais, em especial quando as comunidades se vêem juntas em coletividade por meio da geografia vivida. Ela não é abstrata, perpassa a integração que os próprios sujeitos estabelecem, permitindo visualizar um vínculo entre espaço e grupo.

Por vínculo territorial, seja com uso desse mesmo descritor – o significativo –, seja por meio do significado discursivo nas pesquisas, tem sido comentado ou analisado o âmbito material vivido. Revela-se também como recurso de associação entre os âmbitos particular-comunitário e social maior de inserção (LIMA, GIANASI, 2011) e que envolvem a possibilidade do desenvolvimento, entendido como territorial (SANTOS, DAVID, 2011). Pelo vínculo se vê a articulação existente em território-rede (BUTH; CORREA, 2006). Os aspectos que envolvem a ação coletiva nas geografias em torno da visibilidade do espaço próprio, como a valorização, a patrimonialização (HAESBAERT, 2014),

o uso da materialidade local/territorial e as correspondentes imaginações socioterritoriais se fazem presentes. Práticas de reapropriação – reterritorialização – expressam a colagem entre o que se vive com o onde de vive.

Jean-Yves Martin compreende, por exemplo, que nos projetos de constituição de territorialidade popular, pelas ações territoriais, ocupações, como as que são efetivadas pelo MST, há a vontade em se manter as raízes com o território.

Assim, as resistências locais à globalização são integradas numa dinâmica subversiva da busca da solidariedade social baseada na inscrição do espaço de uma coletividade de atores locais: “para querer remanescer”, “para estar junto”, num mesmo território, “para viver no lugar certo” (2002, p. 15).

A quebra ou a perda desses elos tem sido vista como desestruturadora das vivências territoriais (LEAL, 2016), um dos sentidos da desterritorialização, mesmo considerando que elas enlaçam alguma modalidade de relação territorial, naquele ou noutro lugar.

A desterritorialização não é compreendida apenas como uma espécie de supressão das referências territoriais, mas enseja também processos de extinção de sociabilidade e desenraizamento, dado que as ligações se fazem em companhia dos outros, das relações constitutivas do social (GENOVEZ, 2013). Desterritorializar-se envolve aspectos e práticas da vida social, acompanhados de sentimento de perda. A realidade vivenciada de afastamento implica um novo que não necessariamente recupera ou substitui os significados e valores contidos do que foi perdido, mas recoloca a ligação territorial em outras bases, transfigurando e transformando as práticas. Juciane Silva e Luiz Laroque (2012) identificam essa situação junto à população indígena Kaingang em Estrela, Rio Grande do Sul, pelas práticas de recriação da coleta. Já sem a mata ou com ela profundamente alterada pelo avanço urbano, é com o artesanato que o Kaingang reconstitui um território que reproduz em novas bases a cultura e o modo de vida. Tem-se visto que

o autorreconhecimento coletivo e fortalecimento do arraigo territorial e dos vínculos comunitários, possuem relações profundas com os conflitos que [os] grupos enfrentam. A partir dos conflitos existentes no território (...) associados às faces da expansão de estratégias do desenvolvimento, que se materializam (...) de diversas formas, constroem-se os movimentos de resistência e fortalecimento da identidade coletiva e territorial (OLESKO; ROCHA, 2014, p. 53).

O conflito não é apenas uma entre as formas antagônicas de organização da vida material. Há uma essência que envolve distintas racionalidades. Por isso, faz sentido a apreensão alcançada por Rogério Haesbaert (2014), de compreender a problemática pelo amplo quadro da multiterritorialidade.

Além da desterritorialização, a multiterritorialidade é compreendida por significar a constituição do múltiplo por meio da possibilidade da invenção do novo sobre o território já constituído. Para Thiago Romeu, a desterritorialização do migrante retornado a seu lugar de origem é aparente, à medida que “mascara a construção de uma nova territorialidade” (2010, p. 36), caracterizada pela multiplicidade resultante da “imbricação de territorialidades múltiplas experimentadas e acumuladas no decorrer de suas idas e vindas” (Ibid., p. 56).

Vê-se como bastante comum o enlace de uma territorialidade sobreposta a outra, mas de dimensionamentos diferentes, geralmente o micro sobre o macro – assim como também sob o macro. Ela “evidencia e caracteriza a maneira como uma sociedade lida com o território, denota concepções e racionalidades diversas que marcam as fronteiras simbólicas que separam sociedades e grupos sociais distintos” (ISOLDI, SILVA, 2008, p. 78). Nem sempre tais territorialidades dialogam expressando o conflito inesgotável que exigiria solução política ao estilo moderno. A dialética se revela pelo antagonismo entre a formalidade do espaço concebido, reproduzidor das hegemonias, e as práticas dos mesmos sujeitos como atores imbuídos das intencionalidades da apropriação efetiva, da constituição do

espaço próprio (CRUZ, 2008). O aspecto tenso e instável também envolve o jogo entre garantia e ameaça da permanência ou uso e na demarcação de fronteiras simbólicas no espaço social.

Na possibilidade de criação de um novo vínculo, muitas vezes se dá realce a experiências em microescala, na qual se faz a associação de corpos praticantes como uma marca territorial. A microterritorialidade não deixa de ser a exata expressão da multiterritorialidade, porém, com a conotação especial de constituir em territorializações que envolvem diretamente o corpo constituído pelos sujeitos envolvidos na ação. De modo geral, expressam-se mais por seu aspecto conflitivo (SANTOS, 2007; COSTA, BERNARDES, 2013).

A microterritorialidade possui especial vinculação com a identificação e a identidade do grupo praticante. Por mais que seja atributo de qualquer territorialidade, a microterritorialidade tem nela o seu fator de constituição, seu fundamento e, por ser micro, o territorial se efetiva desde a colagem obtida pela associação dos corpos individuais ao grupo (SILVA, ORNAT, 2010). Quer dizer, assim, que ela não necessita estar fixa, pode se mover e, mesmo referida a um contexto geográfico em particular, e pode se repetir como espelhamento ou reprodução por geografias similares mais distantes (HEIDRICH, 2013).

Para Mónica Lacarrieu (2013, p. 125),

a “microterritorialização”, seja na perspectiva da fragmentação como da diversidade, (...) não apenas provoca uma visão homogênea, sem desníveis, ambiguidades, contradições, senão também evita os processos de troca e interações que se produzem entre negociações, conflitos e disputas em busca da co-produção política do urbano. Assim, enquanto o vínculo entre território-diversidade-afinidade pareça linear em termos de discurso e apresentação, observa-se que se constitui entre práticas de negociação e/ou resistência quando é visto em relação a situações de encontro/desencontro e as práticas sociais que daí se desdobram. (...) o lugar também é objeto de negociações, resistências e/ou disputas que tensionam relações, intercâmbios e práticas sociais.

Microterritórios dizem respeito, portanto, à busca por reconhecimento, aceitação e, muitas vezes, o seu envolvimento conflitivo com o que é normal e comum pode fazer emergir deles práticas de negociação. Está em jogo nelas e por elas, a reivindicação do direito (muitas vezes do direito ao direito), do reconhecimento e, portanto, da copresença. Não se estranha, por isso, que esteja o problema territorial como escala de maior aproximação cotidiana, os aspectos ligados à exclusão e segregação.

Adentra-se ao contexto das territorialidades locais a concentração condicionada das populações em função dos impedimentos socioeconômicos. Em decorrência desses processos, contudo, essa condição pode ensejar a prática territorial, a visibilidade das referências identitárias e revelar a natureza dos processos que culminam em segregação espacial (AZEVEDO, DE DAVID, 2010). Não se vê, porém, uma correspondência automática capaz de instaurar a apropriação desses espaços com supremacia da ordem próxima, mas, ao contrário, pela tendência da reprodução neles das dinâmicas hegemônicas, da ordem distante (COMITRE, ORTIGOZA). O conflito de uso está ali latente, assim como o antagonismo entre vínculo territorial de usuários e praticantes do lugar ao que é dominante, porém, ao mesmo tempo, visto legitimamente próprio daquele espaço vivido (ROCHA, 2013; SERPA, 2013).

Embora refletindo sobre processos sob controle formal das elites em áreas de gentrificação, a compreensão de Maria Tereza Paes-Luchiari expressa esse tensionamento:

[A] apropriação dos gostos culturais, dos estilos da cultura de vanguarda e dos valores simbólicos das elites, proporciona o controle das territorialidades urbanas por meio da cultura, assim como legitima a fetichização da paisagem revitalizada e a estetização do poder que controla a reprodução e a exclusão social no território (2005, p. 48).

A imbricação é própria de um cotidiano, que faz a territorialidade se expressar não simplesmente do lado dos que ali vivem ou praticam, mas também em transfigurar ações e representações de apropriação em efeitos de dominação.

Apontamentos

De acordo com o que se revelou nesta pesquisa, a constituição de territorialidades nos espaços mais próximos dos sujeitos envolvidos com a prática espacial, sua apropriação e compreensão, estão presentes por todo o amplo espectro dos estudos territoriais. Nota-se, porém, maior ocorrência delas nos estudos sobre terras indígenas, quilombos, territórios de populações tradicionais, acampamentos e assentamentos de luta por terra, práticas espaciais e apropriações urbanas, e ativismos em bairros segregados.

Esses espaços não devem ser compreendidos apenas como área ocupada, em uso e imaginação. Como territorialidade, também é preciso considerá-los como ação de apropriação, assim como se aceita em geral o território como uma possibilidade em meta, como uma prática. A apropriação possui sentidos variantes, mas a territorialidade que se elabora como autêntica constituição de um espaço próprio (LEFEBVRE, 2013) viabiliza a apropriação da realidade como condução da vida (HELLER, 1970). Não são, portanto, simples casos locais de singularidade territorial, se não forem reconhecidas as práticas da apropriação como territorialidade contra-hegemônica.

Como foi possível discutir, as territorialidades locais em tensão com as territorialidades hegemônicas carregam consigo os seguintes atributos:

- a) A proximidade dos sujeitos participantes dela;
- b) A expressão de singularidade, que lhes confere a qualidade de um próprio;
- c) O tensionamento com a apropriação – a apropriação com consciência, de projeção alternativa, como territorialidade local contra-hegemônica, ou atuante, capaz de dialogar com o espaço amplo e de entorno, exercer tensionamento;

- d) Seu dimensionamento, construção, efetiva-se pela condução por um grupo-ator (territorializador) sobre o espaço territorializado. Desse modo, não se efetiva com autonomia quando ativada e definida apenas como território demarcado para funcionalidade hegemônica.
- e) Sua identificação pode ser feita pela associação entre a geografia material, as práticas espaciais realizadas nela e com ela e os imaginários ligados a constituição de um espaço próprio.

Como um conjunto de características, muito próprias da relação de grupos atuantes com as geografias, nas quais se encaixam e se movem, reconhece-se a existência de uma feição singular. Por isso, deve ser acolhida como uma categoria de recurso analítico, emerso de núcleos discursivos sobre as realidades vividas estudadas, e que, por isso mesmo, se constitui em efetividade, em prática. Apesar de extraída de uma seleção restrita dos estudos sobre territorialidades humanas de uma faixa também selecionada das publicações brasileiras de Geografia, a identificação aqui chegada expressa “orientação”. Configura-se assim um compromisso, importante e necessário, nesses tempos de falta de garantias, de vivências constituídas por valorizações fúteis e de necessidades humanas não atendidas.

Bibliografia

- ARCARO, R.; GONÇALVES, T. M. "Identidade de Lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul", *Ra' E Ga*, v. 25, 2012, p. 38-63.
- AZEVEDO, C. J.; DE DAVID, C. "Relações de poder em território de segregação e conflito: representações que engendram territorialidades. In: *GeoUERJ*, 2010, v. 12, n. 21, p. 135-163.
- BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. In: *Géographie et Cultures*, Paris: L'Harmattan, n.20, 1996, p. 7-18.
- BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. In: *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA/USP, v. 27, n. 79, 2013, p. 133-144.
- BUTH, F.; CORREA, W. K.. "A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do Assentamento Ramada – RS", *Campo-Território*. v. 1, n. 2, p. 152-172.
- CLAVAL, P. Le territoire dans la transition a la Postmodernite. In: *Géographie et Cultures*, Paris: L'Harmattan, n. 20, 1996, p. 93-112.
- COELHO NETO, A. S.; LIMA, J. S. "Rede e Território como Conteúdo da Prática Sociopolítica das Ações Coletivas", In: *Geografares*. n. 19, 2015, p. 76-84.
- COMITRE, F.; ORTIGOZA, S. A. G.. "Segregação socioespacial e o poder público – uma análise do projeto de desfavelamento em Sorocaba – SP", In: *Geografar*, 2013, v. 8, n. 1, 2013, p. 48-69.
- COSTA, B. P.; BERNARDES, A. "Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente: o lazer noturno e as relações de interface". *Cidades*, vol. 10, n. 17, p. 30-60.
- CRUZ, N. N. D. "Modos de vida e territorialidades nos assentamentos de Reforma Agrária". In: *RA' E GA*, Curitiba, n. 16, 2008, 93-100.
- DEUS, J. A. S.; BARBOSA, L. D. "A Geografia Cultural contemporânea e os focos de tensão no mundo: uma contribuição ao debate". In: *Ateliê Geográfico*, Goiânia, vol. 3, n. 2, 2009, p. 63-92.
- DI MÉO, G.; BULÉON, P. *L'espace social*. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007, 304 p.
- FABRINI, J. E.. "O projeto do MST de desenvolvimento dos assentamentos e campesina territorial". In: *Terra Livre*, São Paulo, vol. 19, n. 2, 2002, p. 75-94.
- FARIA, A. H.; SANTOS, R. J. "Territórios de direitos culturais e étnicos". In: *Mercator*. Fortaleza, vol. 7, n. 13, 2008, p. 19-27.
- FERREIRA, S. B. "Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo". *GEOgraphia*. Niteroi, vol. 8, N. 16, 2006, p. 57-82.

- GALLOIS, D. T. "Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?", In: RICARDO, F. (Org.). *Terras e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 37-41.
- GENOVEZ, P. F.; "Entre o Território comunitário e o território societário: os impactos na realocação de Itueta-MG". In: *Geografia*, Londrina, v. 22, n. 2, 2013, p. 156-157.
- GOTTMANN, J. "The Evolution of concept of territory", In: *Social Science Information*, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29-47
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil. 2009, 400 p.
- _____. "Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política". In: *Campo-território*, Uberlândia, vol. 9, n 18, 2014, p. 1-17.
- _____. *Viver no limite*. Território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2014, 320 p.
- HEIDRICH, Álvaro L. "Vínculos Territoriais – discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais", In: *Geographia*, Niterói, vol. 19, n. 39, 2017, (no prelo)
- _____. Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (orgs.). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.
- _____. "Compartilhamento e microterritorialidades no espaço social metropolitano", In: *Revista Cidades*. São Paulo, vol. 10, n. 17, 2013, p. 1-31.
- HEIDRICH, A. L.; CARVALHO, O. A. Territorialidades de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência. In: *VIII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Santiago de Chile: Universidad de Chile, v. 1, 2001, p. 74-80.
- HELLER, A. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- ISOLDI, I. A.; SILVA, C. "O espaço territorial como referência para a construção da cidadania: uma reflexão geográfica introdutória sobre o problema das marcações de terra de populações remanescentes". In: *RA'EGA*, n. 16, 2008, p. 73-79.
- KADER, C. C. C.; RICHTER, M. G. "Linguística de corpus: possibilidades e avanços", In: *Instrumento*. Revista de Estudo e Pesquisa em Educação. Juiz de Fora, vol. 15, n. 1, 2013, p. 13-23.
- KASHIWAGI, H. M.; KOZEL, S. "O processo de percepção dos espaços marginalizados o urbano: O caso da Favela Palolín em Curitiba", PR. In: *Ra'EGA*, Curitiba, n. 9, 2009, p. 69-82.
- KENT, Michel. "Práticas territoriais indígenas entre a flexibilidade e a fixação" In: *Revista Mana*, Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 17. N. 3, 2011, p. 549-582.

- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989. 3. ed. 257 p.
- LACARRIEU, M. “Ciudades contemporáneas: tensiones entre microterritorialidades y lugares negociados y/o disputados en contextos de “inter-territorialización”. *Ciudades*. vol. 10, n. 17, p. 107-141.
- LADEIRA, M. I. *Espaço geográfico Guarani-M’bya*. Maringá: EdUEM; São Paulo EdUSP, 2008.
- LAGE, Maria C. “Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD”. In: *ETD. Educação Temática Digital*. Campinas, vol. 12, 2011, p. 198-226.
- LEAL, G. F. “‘Terra de ninguém’? Vivência do espaço e criação de laços sociais e pertencimentos em uma cidade com alta taxa de imigração”. *GEOUSP – Espaço e tempo*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2016, p. 83-96.
- LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013, 451 p.
- LIMA, G. D.; GIANASI, L. M. “Etnoterritorialidade quilombola de Macuco no município de Minas Novas e Chapada do Norte/Vale do Jequitinhonha-Minas Gerais, Brasil: mapeamentos e análises”. *Ateliê Geográfico*, vol. 5, n. 1, 2011, p. 37-63.
- LITTLE, Paul E. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. In: *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, 2003, p. 251-290.
- MARTIN, J. “Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST”. *Terra Livre*, vol. 18, n. 19, 2002, p. 11-36.
- MONTEIRO, F. T.; PEREIRA, D. B.; DEL GAUDIO, R. S. “Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas: entre ideologias e territorialidades”. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, ano 24, n. 3, 2012, 419-434,
- OLESKO, G. F.; ROCHA, O. G. “Do ‘quem somos’ para o ‘onde estamos’: a experiência da cartografia social dos faxinalenses na Região Metropolitana de Curitiba”. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, vol. 41, n. 1, 2014, p. 48-66.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Territorialidades y Lucha por el Territorio en América Latina*. 1. ed. Lima: UGI, 2013. v. 1. 337 p.
- QUEIROZ, A. M. M. “Belo Horizonte para quem? Versões territoriais negras para um espaço planejadamente branco”, In: *GeoTextos*, Salvador, vol. 11, n. 1, 2015, p. 13-35.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, 269 p.
- ROBAINA, I. M. M.. “A invisibilidade como estratégia espacial das populações de rua na cidade do Rio de Janeiro”. In: *Espaço Aberto*. PPGG-UFRJ, v. 1, n. 2, p. 167-176, 2011.

- ROCHA, A. S. "Território Como Representação". In: *Mercator*, v. 12, n. 29, 2013, p. 139-153.
- RODRIGUES, M. F. F. "Paisagens, Geossímbolos e Dimensões da Cultura em Comunidades Quilombolas". In: *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 22, 2011, p. 103-121.
- ROMEU, T. "A reterritorialização do retornado cearense: uma perspectiva geográfica". In: *Geographia*, vol. 12, n. 23, 2010, p. 30-60.
- SACK, R. D. *Human territoriality: theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- SANTOS, A. L. M.; DAVID, C. de. "O Espaço Rural na Região da Campanha Gaúcha: Territorialidades e Desenvolvimento. O Caso do Assentamento Conquista do Caiboaté, São Gabriel, RS". In: *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, 2011, vol. 22, 2011 p. 57-81.
- SANTOS, H. F. "O coletivo como estratégia territorial dos cativos". In: *Geographia*, vol. 9, n. 1, 2007, p. 89-116.
- SERPA, A. "Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea". In: *Revista Cidades*. São Paulo, vol. 10, n. 17, 2013, p. 61-75.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. "Dos espaços interditos à instituição dos territórios travestis: uma contribuição às geografias feministas e queer". In: *Terra Livre*, vol. 26/2, n. 35, 2010, p. 53-72.
- SILVA, J. B. S.; LAROQUE, L. F. S.. "A história dos Kaingang da Terra Indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: Sentidos de sua (re)territorialidade". In: *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, vol. 24, n. 3, 2012, p. 435-448.
- VERMEERSCH, S. Liens territoriaux, liens sociaux: le territoire, support ou prétexte?, Paris: *Espaces et sociétés*, n. 126, 2006, p. 53-68.